



ANEXO III - PLANO DE TRABALHO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/PROGRAMA

1.a Título: PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO - CHAMAMENTO 020/2018

1.b Objeto: execução do “Programa Acessuas Trabalho”

1.c Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SADS

1.d Período de Execução: 02/01/2019 a 30/06/2019

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

2.a Organização da Sociedade Civil: MATER DEI-CAM

2.b. CNPJ: 03.951.901/0001-57 IM: 31564 IE: isento

2.c. Endereço: Praça Papa João Paulo II, 65 – Atibaia Jardim

2.d. Município: Atibaia

2.e. UF: S.P.

2.f. CEP 12942-230

2.g. Tel./Fax: (11) 4413.2938

2.h E-mail: direcao@materdeicam.org.br

2.i. Nº da Conta Corrente: 16442-9

2.j Banco: Banco do Brasil

2.k Agência: 4255-2

2.l. Dirigente: GIANMARCO BISAGLIA

2.m. CPF: 032.347.398-97

2.n. RG: 8520578-3 SSP-SP

2.o. Cargo: Presidente

2.p. Endereço Residencial: Praça Papa João Paulo II, 55

2.q. Município: Atibaia

2.r. UF: S.P.

2.s CEP: 12.942-230

2.t. Telefone (11) 99156 1279

2.u Cell (11) 99156 1279

2.v. E-mail: gianm@materdeicam.org.br

2.w. Responsável pelo Projeto: GIANMARCO BISAGLIA

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral

O Programa ACESSUAS TRABALHO tem por objetivo proporcionar aos usuários em situação de vulnerabilidade econômica e social o acesso as informações sobre o trabalho como direito, a fim de possibilitar sua inserção.

Objetivos específicos:

- Promover ações que possibilitem a inserção de indivíduos no mercado de trabalho, proporcionando trabalho e renda;
- Identificar e sensibilizar os usuários estimulando seu protagonismo na busca de autonomia social e pessoal;
- Mapear as oportunidades presentes no território e facilitar o acesso dos usuários para as mesmas;
- Monitorar o percurso dos usuários, de forma a oferecer o suporte da rede socioassistencial para a superação das vulnerabilidades e posterior inclusão social e produtiva de indivíduos e famílias;
- Fomentar a reflexão crítica quanto às implicações e possibilidades de inserção e permanência em oportunidades e ofertas no mundo do trabalho, pela via dos vínculos trabalhistas ou do empreendedorismo;
- Articular-se com as demais políticas públicas e atores referentes ao mundo do trabalho no município e região.

Este programa contribui para os seguintes ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU:



4. JUSTIFICATIVA

Da Política Pública:

O trabalho decente, tal como definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), é um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, capaz de garantir uma vida digna às pessoas que o desenvolvem.

O adjetivo “decente” inclui um critério qualitativo: inclusão produtiva não é qualquer oportunidade de trabalho. Em geral, as pessoas pobres não possuem apenas uma renda precária ou insuficiente, mas estão inseridas em relações injustas de trabalho. Ou seja,



encontram-se em situação de privação de direitos. Por inclusão socioproductiva, portanto, não se entende um simples acesso ao mercado, mesmo porque dele ninguém escapa, mas um acesso aos direitos econômicos e sociais: financiamento adequado; assistência técnica continuada e apropriada; cobertura previdenciária etc.

Nos espaços urbanos é preciso considerar que, para uma mudança de qualidade da empregabilidade e da economia informal não se pode prescindir de intervenções públicas que incidam sobre as redes de infraestrutura urbana e serviços locais (transporte e vias de acesso, saneamento, coleta de lixo, segurança, acesso a saúde, áreas de lazer etc.). O desafio é construir uma complexa rede de ações integradas que visem a transformação da informalidade e do trabalho de risco, de baixa qualificação e com limites de acesso, em forma de trabalho viáveis e socialmente justas, pressupondo uma *ambiência* que remova as principais fontes de privação.

Entretanto, há dificuldades históricas na inserção da população mais vulnerável no mercado de trabalho formal. Tais dificuldades decorrem a fatores como a baixa escolarização, a falta de experiência profissional no mercado formal (muitas vezes exigidas pelos empregadores), a quantidade limitada de vagas em creches, a falta de recursos para o custeio de meios de transporte, para citar as mais recorrentes.

Desde a constituição de 1988 o Estado passa a se responsabilizar juntamente com a sociedade na consecução de políticas públicas que possam reduzir o impacto da desigualdade social e da exclusão no mercado de trabalho pelos indivíduos e famílias mais vulneráveis. De acordo com COLIN *et al* a inclusão produtiva é parte deste escopo de políticas públicas que devem ser formuladas “na perspectiva da autonomização e emancipação dos trabalhadores”. A intervenção do Estado no mundo do trabalho deve ocorrer no sentido de favorecer o acesso qualificado e decente dos trabalhadores, e esta intervenção não se restringe a uma só política pública, mas exigem um esforço de planificação social e atuação intersetorial, o que ainda é um desafio no ambiente institucional recente (ibidem).

Com a evolução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), compreende-se que o trabalho é afirmado como **um direito social** e não a partir de sua lógica econômica, na perspectiva, portanto de uma política social não contributiva. Embalada por uma retomada de crescimento econômico a partir de 2003, com um mercado que pressionava pela maior qualificação de mão de obra, a política de assistência social inicia uma evolução conceitual, culminando na definição de inserção produtiva como um “conjunto integrado de ações das diversas políticas cabendo à assistência social ofertar ações de proteção social que viabilizem a promoção do protagonismo, a participação cidadã, a mediação do acesso ao mundo do trabalho e a mobilização social para a construção de estratégias coletivas” (CNAS, 2011: 2).

A partir destes marcos históricos começam a ser implantadas ferramentas e programas que estimulam estados e municípios a incorporar em suas políticas públicas locais, programas de inclusão produtiva; com diversas ações interministeriais, vimos a evolução de programas como o Pronatec, de políticas nacionais de economia solidária, melhorias no Sistema Nacional de Emprego (SINE) e em 2008, o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), ACESSUAS, Brasil Sem Miséria, dispersas hoje por conta das mudanças no cenário político nacional.

Do contexto Territorial:

Atibaia replica este clima de evolução de conceitos e marcos regulatórios, conjugada com a pressão do mercado empregador e dos problemas sociais no seu território, oferecendo nos últimos dez anos, diversas ações de formação e qualificação profissional, articuladas com programas estaduais e federais, um bom relacionamento com agências de fomento e acesso a crédito através do Banco do Povo. Nem sempre estas iniciativas convergem para uma mesma política pública municipal, uma vez que operadas em distintas secretarias e coordenadorias municipais. Vale citar a existência de uma Coordenadoria Especial de Emprego e Renda que conduz o programa Capacitação, que nos últimos anos qualificou mais de 7000 pessoas, e sua maioria trabalhadores de baixa qualificação ou jovens em busca de seu primeiro emprego.

Atibaia sofre a partir do final dos anos 70 um exponencial crescimento demográfico, saindo do status de uma provinciana estância turística, de origem rural, com predominância de turismo de segunda residência de classe média alta, para um polo regional que diversifica suas atividades econômicas entre o turismo, o agronegócio, a indústria e serviços, sobretudo de logística e distribuição. Fatores que contribuem para esta significativa expansão são consagradamente conhecidos, como a proximidade de São Paulo, a duplicação das Rodovias Fernão Dias e Dom Pedro, a fuga de grandes empresas de São Paulo (principalmente para o sul de Minas), para além dos belos atrativos naturais da região.

Com uma considerável especulação imobiliária na zona central, os bairros periféricos sofreram, ainda que em contextos distintos, uma ocupação pouco ordenada, com loteamentos em sua maioria clandestinos, muitos realizados em áreas remanescentes rurais que foram a seu tempo engolidas pela cidade que se expandia, e ocupações de áreas invadidas, principalmente no eixo da antiga estrada de ferro. Estas regiões de transição entre o rural e urbano, atraíram migrantes do sul de Minas Gerais, moradores da periferia de São Paulo e Guarulhos, e os oriundos da zona rural em declínio, principalmente, que buscavam alternativas mais econômicas de moradia e as oportunidades que começavam a surgir na região, com incremento da construção civil (turismo de segunda residência), a duplicação das Rodovias e o processo de industrialização do eixo da Rodovia Dom Pedro e da região Bragança Paulista e mais recentemente Extrema (MG).

Este perfil de adensamento ocorrido sobretudo nos últimos 40 anos, gerou um tremendo passivo social e ambiental, uma vez que a distância física do centro geográfico, e a distância cultural do perfil dos moradores tradicionais do município, dificultaram a compreensão e acompanhamento do fenômeno de urbanização em curso (sobretudo à oeste da cidade e nas regiões rurais mais afastadas). Este caldeirão cultural que forma este entorno periférico, somados às dificuldades de transporte e acesso à área comercial e deficiências na oferta de equipamentos públicos em diversas áreas, foram gerando exclusão social. As soluções habitacionais empreendidas pelo poder público nos últimos anos vêm procurando reverter um quadro sobretudo de ocupações em áreas de manancial (a exemplo, Caetetuba), mas nem sempre produziram resultados positivos, criando ilhas de marginalidade e trazendo à população a sensação de abandono e descaso.

Ainda que existam oportunidades de trabalho e programas de qualificação profissional, bem como a operação de um Posto de Atendimento do Trabalhador (PAT) no município, a população-alvo do presente programa não chega a ter seu direito de acesso assegurado, pelas



razões acima citadas – são necessários esforços diferenciados de compreensão da natureza e perfil dos usuários, suas expectativas e sua real capacidade e desejo de inserção social-profissional, promovendo orientação adequada e multidisciplinar, para que sejam sujeitos de seu próprio direito, e mudem a sua própria história.

Da Organização Proponente:

A MATER DEI CAM opera como ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, e desde sua fundação em 2000, atua no campo da assistência social e garantia de direitos, do desenvolvimento social e comunitário, da educação profissional, da cultura e da saúde na adolescência.

Priorizamos sempre a visão e abordagem territorial em nossas intervenções, atualmente operando nos bairros do Imperial, Cerejeiras/Caetetuba, Belvedere, Portão, Alvinópolis, Maristela, Jardim dos Pinheiros, Maracanã, Tanque, Boa Vista e Cachoeira, em catorze projetos, impactando mais de 10 mil usuários ao ano.

Possuímos diversas parcerias institucionais que vem contribuindo para construção de melhor governança e compreensão da realidade do trabalho e desenvolvimento social econômico no município, onde interagimos com a ACIA, SEDEC, ETEC, FAAT, Rotary, PAT, e empresas do segmento da indústria e hotelaria.

Temos participação no CONDICA e CMAS, Conselho Gestor do Parque Municipal da Grota Funda, CONDEMA, Conselho Regulador ARES-SAAE, MAR – Movimento dos Artistas de Atibaia, Rede do Terceiro Setor de Atibaia, somos credenciados como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura e parceiros do Conselho Estadual do Idoso, para além da operação de projetos contratados com cinco pastas da administração municipal, que reforçam nossa visão ampla de áreas de intervenção, conhecimento do município e de sua realidade.

No objeto da atual contratação, a MATER DEI vem operando os seguintes programas e projetos:

- Programas **Capacitação e Escola da Beleza** em parceria com a Coordenadoria de Emprego e Renda – desde 2014 foram realizados cerca de 600 programas formativos e mais de 7000 formandos em áreas de beleza, gastronomia, informática, profissões tradicionais, economia criativa e programas empresariais;
- Programa **Orgulho de Ser**, serviço de convívio e fortalecimento de vínculos em contrato com a SADS, atendendo desde 2015, 180 usuários adultos nos bairros de Caetetuba, Imperial e Portão e Programas **Recrutar Portão e Imperial**, atendendo desde 2017 população de adolescentes dos respectivos bairros.
- Desde 2017 operamos o programa **Bem-Estar Mulher**, políticas de prevenção e atendimento de mulher em situação de violência e vulnerabilidade no município, contratados com a Coordenadoria Especial da Mulher, que atende 600 mulheres ao mês.



- Em parceria com Coordenadoria de Emprego e Renda e escolas estaduais, operamos o projeto **Escola Legal** de formação de aprendizes e preparação para o mundo do trabalho, que desde 2017 beneficiou 450 jovens.
- Em operação desde outubro de 2018 o programa **Ponto de Equilíbrio** que objetiva a inserção social e profissional de cidadãos da terceira idade (parceria com Fundo Estadual do Idoso-SEDS), com meta de atender 500 idosos no município e região.

Vimos participando ativamente das discussões sobre empreendedorismo social no município, com a criação de oficinas produtivas próprias, como a Oficina de Patchwork (2009-2017), o Salão da Mater (aberto para público em caráter social), as oficinas de artesanato e reforma de móveis, e o Café Dali, os projetos de formação de atores e o recente reconhecimento como ponto de Cultura pelo MINC. Durante o ano de 2017-2018, foram desenvolvidas parcerias com os segmentos de turismo e hospitalidade, e desenho de ações conjuntas na cadeia do artesanato.

A MATER DEI conta com estrutura física e equipamentos próprios, adequada à prática pedagógica e ao acolhimento das ações previstas no projeto, bem como estrutura de apoio como salas de aula, equipamentos pedagógicos, sala de convívio e sanitários. Com a presente iniciativa a MATER DEI pretende **ampliar e consolidar a sua participação nas políticas públicas de assistência social e inclusão sócio produtiva**, como provedora de soluções com devido acompanhamento social dos participantes de forma a ampliar seus horizontes de acesso à informação e participação cidadã.

5. METAS

ASSESUAS METAS 2018

5.a Meta	5.b Etapa/Fase	5.c Especificação	5.d Unid. Medida	5.e Quantidade	5.f Início	5.g Término
1) Busca Ativa	1) Formação de rede	Ações de articulação com parceiros e apoiadores	Organizações articuladas	20	02/01/2019	30/04/2019
	2) Ações de marketing	Produção de material de divulgação e início da comunicação institucional	Alcance midiático - pessoas	10000	01/02/2019	30/04/2019
2) Formação de grupos	1) Identificar usuários	Cadastro de participantes no projeto	Participantes	200	01/02/2019	31/05/2019
	2) Organização de grupos por afinidades	Turmas formadas por afinidades ou território e acompanhamento dos grupos	Grupos de acompanhamento	8	01/02/2019	31/05/2019
			Reuniões estimadas de acompanhamento/projeto	40	01/02/2019	30/06/2019
3) Ações de orientação	1) Encaminhamentos para capacitação	Pessoas participantes de ações formativas qualificação profissional ou EJA/escola	Usuários assistidos	60	02/01/2018	31/12/2018
	2) Encaminhamentos para inserção	Pessoas preparadas e indicadas para processos seletivos	Usuários assistidos	80	02/01/2018	31/12/2018
	3) Orientação	Pessoas apoiadas para	Usuários	20	02/01/2018	31/12/2018



	para auto emprego	organizarem sua atividade por conta própria	assistidos			
4) Monitoramento	1) Monitoramento permanente	Acompanhar as etapas de evolução dos participantes dentro do projeto	Usuários assistidos	200	02/01/2018	31/12/2018

6. DEFINIÇÃO DOS INDICADORES QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS A SEREM UTILIZADOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:

Aferição de metas quantitativas:

5.a Meta	5.b Etapa/Fase	5.c Indicador	5.e Quantidade	5.f Ferramenta de medição	5.g Prazo
1) Busca Ativa	1) Formação de rede	Organizações articuladas	20	Validação de parcerias – MATER-SADS	30/04/2019
	2) Ações de marketing	Alcance midiático - pessoas	10000	Registros midiáticos – métricas das mídias	30/04/2019
2) Formação de grupos	1) Identificar usuários	Participantes	200	Fichas de inscrição	Monitoramento mensal - contínuo
	2) Organização de grupos por afinidades	Grupos de acompanhamento	8	Fichas de inscrição	Monitoramento mensal - contínuo
		Reuniões estimadas de acompanhamento dos grupos	40	Listas de presença	Monitoramento mensal - contínuo
3) Ações de orientação	1) Encaminhamentos para capacitação	Usuários assistidos	60	Relatórios mensal - certificação	Monitoramento mensal - contínuo
	2) Encaminhamentos para inserção	Usuários assistidos	80	Relatórios mensal – registro resultado	Monitoramento mensal - contínuo
	3) Orientação para auto emprego	Usuários assistidos	20	Relatórios mensal	Monitoramento mensal - contínuo
4) Monitoramento	1) Monitoramento permanente	Usuários assistidos	200	Relatórios mensais	Monitoramento mensal - contínuo

Resultados qualitativos esperados:

- Ampliação de acesso aos direitos sócio assistenciais;
- Contribuir para a redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social;
- Contribuir para a prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência;
- Contribuir para ampliação da rede socioassistencial de apoio às iniciativas previstas no ACESSUAS;
- Identificar necessidades específicas dos usuários e efetuar encaminhamentos (apoio social e psicológico, formação escolar, violência contra mulher, etc.);
- Melhorar a autoestima e a automotivação dos participantes;



- Fomentar a operação de empreendimentos coletivos, difundindo conceitos de economia solidaria e empreendedorismo;
- Colocação e recolocação de pessoas no mercado de trabalho formal;
- Melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias.

Medição – relatórios mensais e final

7. ELEMENTOS QUE DEMONSTREM A COMPATIBILIDADE DOS CUSTOS PRATICADOS NO MERCADO OU COM OUTRAS PARCERIAS DA MESMA NATUREZA, DEVENDO EXISTIR ELEMENTOS INDICATIVOS DA MENSURAÇÃO DESSES CUSTOS, TAIS COMO: COTAÇÕES, TABELAS DE PREÇOS DE ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS, PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS OU QUAISQUER OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEIS AO PÚBLICO

Conforme regulamento de compras da MATER DEI CAM, serão utilizados nos processos de contratação de pessoal, os princípios da legalidade, da universalidade de acesso, da qualidade, da economicidade e da publicidade e transparência. Nas contratações de pessoal, serão observados os critérios estabelecidos no termo de referência para contratação acima definidos.

O formato de contratação será definido pela proponente, podendo ser contratados serviços de profissional autônomo (RPA), ou de pessoa jurídica conforme pertinência, já incorporadas as possibilidades de contratação abertas pela Lei 13.429/2017, e admitida a eventual atuação profissional de dirigentes e conselheiros, amparada pela Lei 12.868/2013 (artigo 29).

Subsidiariamente aos valores definidos no TR, os valores de remuneração terão como base o piso da categoria de Educador do Terceiro Setor, do SINBFIR - Sindicato Instituições Benéficas Filantrópicas e Religiosas do Estado de São Paulo – fonte de consulta: www.sinbfir.org.br/convencoes. É facultado à proponente a definição de remunerações diferenciadas nos casos de contratação de autônomos, considerando as especialidades e a baixa dedicação semanal, utilizando as remunerações praticadas nos projetos similares.

Nas aquisições de itens de consumo destinados às oficinas, será adotada estratégia de compras por volume, sempre que possível, possibilitando melhores condições negociais com fornecedores – com um orçamento enxuto do chamamento, se faz importante uma avaliação de quantidades que de fato atendam às necessidades das oficinas e atividades, evitando desperdícios.

8. EQUIPE TÉCNICA ENVOLVIDA

Para consecução das oficinas a MATER DEI está prevista etapa de seleção de profissionais com perfil e quantidade conforme o presente **Termo de Referência para Contratação**:

Profissional	Requisitos Mínimos Obrigatórios	Requisitos Desejáveis	Contratação – elementos básicos (*)
COORDENAÇÃO	SUPERIOR PSICOLOGIA OU SERVIÇO SOCIAL	Habilidades relacionais, e atuação prévia em programas similares.	Função: coordenação pedagógica do projeto Contratação: CLT – dedicação 30 hs
TÉCNICO- EDUCADOR	SUPERIOR PSICOLOGIA OU SERVIÇO SOCIAL	Habilidades relacionais, prática de condução de grupos e familiaridade com público alvo	Função: Condução de grupos e oficinas Contratação: RPA-PJ – dedicação 20 hs
ESTAGIÁRIO	CURSANDO NÍVEL SUPERIOR	Habilidade de organização e planejamento, domínio de	Função: apoio aos controles de inscrição e monitoramento de usuários



		ferramentas de informática e internet	<i>Contratação: contrato estágio – 25 hs</i>
TÉCNICO de APOIO	TÉCNICO OU SUPERIOR	Habilidades relacionais, prática de condução de grupos e familiaridade com público alvo	Função: Apoio nos processos de busca ativa e formação-condução de grupos <i>Contratação: CLT ou PJ – 30 hs</i>

() É facultado à proponente a definição de remunerações diferenciadas nos casos de contratação de autônomos ou terceiros, considerando as especialidades e a baixa dedicação semanal, utilizando as remunerações praticadas nos projetos similares. Poderá ainda ser utilizado recurso de banco de horas, e de contratos por hora trabalhada, nos atendimentos onde se perceba demanda variável.*

Equipe fixa de apoio institucional – colaboradores da MATER DEI:

Gianmarco Bisaglia – consultor em empreendedorismo social

Claudia Soriano – prestação de contas

Eliane Ugliano – assistente social

Humberto Padilha -psicólogo

9. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO (MEMORIAL DESCRITIVO)

As justificativas e conceitos apresentados deixam claro que nosso foco é o acolhimento e compreensão da realidade dos usuários assistidos e a partir de suas possibilidades promover a sua **inserção social e produtiva**, que passa certamente por desafios complexos, onde a formação e a colocação profissional nem sempre serão possíveis, mas devem ser estimuladas a partir de alternativas que se adequem a realidade dos participantes.

O trabalho que se pretende implantar demanda uma visão sócio assistencial considerada a característica do público-alvo. Devem ser privilegiadas ao longo dos encontros e oficinas a identificação das competências de aprendizagem (conjunto de conhecimentos e habilidades), e comportamentais (atitudinais), que se complementam na formação de profissionais aptos para atuação no mercado.

Público Alvo do projeto:

O Acessuas tem como público-alvo para suas ações, a população urbana e/ou rural, em situação de vulnerabilidade e risco social, com idade de 14* a 59 anos. Tem prioridade de participação:

- Beneficiários do Programa Bolsa Família
- Pessoas com Deficiência
- Adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas
- Egressos e suas famílias
- População em situação de rua
- Adolescentes no Serviço de Acolhimento
- Jovens egressos do Serviço de Acolhimento, entre outros previstos no Caderno de Orientações Técnicas do Acessuas Trabalho.

** A participação de adolescentes de 14 e 15 anos está condicionada ao disposto na Constituição Federal de 1988, que trata da proibição de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.*

Para efetivar todas dimensões apresentadas no presente PT, serão consideradas as seguintes ferramentas:



a. O conceito de **Planejamento Integrado**, que conta para além da equipe de trabalho da OSC proponente, com representantes da SADS e outras lideranças se pertinente – processo é realizado no mês de janeiro de 2019 e define/valida todas ações do projeto ACESSUAS TRABALHO.

b. A elaboração de **Plano de Ação**, que valida as premissas e atividades propostas no presente Plano de Trabalho, calendarizando as ações e facilitando o planejamento operacional e logístico. O **Plano de Ação** é produto do planejamento integrado descrito no item acima.

Neste plano também são definidos:

- Estratégias de **articulação** entendida como um processo de planejamento e organização das ações das diferentes áreas e atores, a partir da definição das responsabilidades, procedimentos e fluxos Inter setoriais.
- Estratégias de **marketing e mobilização** que envolve a identificação dos acessos ao público-alvo e a forma como o projeto dialoga com seus públicos externos, através de articulação institucional, por meio de parceria com outros órgãos governamentais do município e não governamentais, como por exemplo ONGs e segmentos empregadores.
- Critérios para validar **metas atingidas**, pactuando entre os convenientes conceitos de comprovação de adesão, capacitação, inserção e encaminhamento concluído – como o projeto é novo no município, talvez esta tarefa demande a construção e validação dos indicadores, o que pode representar um importante subproduto do projeto.
- Os formatos e momentos de **Monitoramento e Avaliação** do projeto com a equipe da SADS

c. O desenvolvimento de metodologia de **acolhimento e orientação** dos grupos, em especial as ações coletivas, onde a resgate da estima e motivação é a prioridade, sem descurar, contudo, das necessidades de convívio grupal e construção coletiva. Assim a orientação dos técnicos reza por uma *práxis* que tenha atenção à linguagem simples, direta, não sexista, com abordagens e posturas inclusivas.

d. As ações efetivas de **orientação para empregabilidade e empreendedorismo**, adequadas ao público-alvo – preparação para entrevistas, apresentação pessoal, encaminhamento ao PAT, preparação de curriculum, direitos e deveres trabalhistas, educação financeira e outras que forem identificados como necessários, relevantes e possíveis.

e. Conforme as metas indicadas, os participantes inscritos serão organizados em 8 grupos de acompanhamento, reunidos por afinidades – característica comum ou territorial – e acompanhados com reunião mensal para partilha das conquistas e avanços pessoais. Estas ações independem de momentos de capacitação específica e outros de acompanhamento individual quando couber.

CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
Planejamento Integrado – MATER - SADS							
Validar parcerias diversas							
Produção de materiais de divulgação							
Capacitação da equipe de trabalho							
Busca Ativa – participantes							
Execução das oficinas e encontros							
Prestação de contas mensal – execução financeira							
Prestação de contas – relatórios quadrimestral e final							

Cronograma das ações descritas nos 4 eixos do projeto:

Programa ACESSUAS TRABALHO 4 eixos de intervenção		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
1º Eixo: Identificação e sensibilização dos usuários	Identificar o público do Programa Acessuas Trabalho, em conjunto com a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial e demais serviços da rede socioassistencial;	●	●	●			
	Fomentar campanhas de mobilização e de divulgação do Acessuas;		●	●	●		
	Organizar palestras, reuniões nos bairros, nas associações de moradores e em outros espaços, sobre o mundo do trabalho;		●	●	●		
	Divulgar para a população a relação das ações de inclusão produtivas realizadas no município, com a descrição de cada ação e os locais onde acontecem;		●	●	●	●	●
	Elaborar material de divulgação;	●	●				
	Informar e sensibilizar famílias e indivíduos sobre as oportunidades de acesso e de participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra.		●	●	●	●	●
2º Eixo: Desenvolvimento de habilidades e orientação para o Mundo do Trabalho	Realizar debates juntos os usuários buscando apreender informações destes acerca das potencialidades e oportunidades nos territórios a partir de sua história, cultura, crenças, relação com o meio ambiente e produção local, refletir sobre a relação com o meio ambiente e produção local, refletir sobre a relação do trabalho com formação;			●	●	●	
	Realizar oficinas formativas/informativas em parceria com outros órgãos, visando disseminar informações acerca do direito ao trabalho decente, e outras questões que são parte do mundo do trabalho para os usuários da assistência social;			●	●	●	●
	Articular-se com a rede de educação para promover ações conjuntas de inserção de usuários da assistência social, em programas, projetos e ações educacionais, em especial para aqueles que se encontrem com defasagem no processo formativo de nível fundamental e médio.		●	●	●	●	●
	Orientar os usuários atendidos por meio de oficinas temáticas sobre o mundo do trabalho;			●	●	●	●
	Promover o desenvolvimento de potencialidades e habilidades a partir de oficinas, dinâmicas de grupos e troca de experiência;			●	●	●	●
	Promover visitas a fábricas, escritórios e demais espaços que proporcionem aos usuários maior clareza sobre o que é o mundo do trabalho.				●	●	●
3º Eixo: Acesso a Oportunidades	Identificar famílias com perfil para acesso a benefícios e encaminhá-las para inclusão no Cadastro Único;		●	●	●	●	●
	Encaminhar os usuários para acesso às oportunidades de inclusão produtiva no município;		●	●	●	●	●
	Viabilizar o acesso dos usuários a serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e de transferência de renda, quando necessário;		●	●	●	●	●
	Articular com o órgão responsável pela política de trabalho da municipalidade.	●	●	●	●	●	●
4º Eixo: Monitoramento do Percorso dos Usuários	Acompanhar o acesso e a permanência dos usuários nas atividades do Acessuas Trabalho;		●	●	●	●	●
	Acompanhar a inserção do usuário no mercado de trabalho;		●	●	●	●	●
	Realizar encontros individuais com usuários que tiveram sua trajetória interrompida voluntariamente e involuntariamente, para garantir suporte da rede socioassistencial e construção de estratégias de superação das dificuldades encontradas;			●	●	●	

Potenciais parceiros do projeto:

- Secretaria de Assistência Social (conveniente – rede de CRAS e CREAS – dialogo com programas e projetos diversos)
- Secretaria da Educação – PEA
- Coordenadoria de Emprego e Renda
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico
- Coordenadoria Especial da Mulher
- Coordenadoria de Cidadania
- Secretaria da Saúde
- Secretaria da Agricultura
- Secretaria de Turismo
- ONGs que atuam no abrigo institucional
- ONGs que atuam com moradores de rua
- ONGs que atuam na defesa de direitos de PNEs
- Associação Comercial
- FAAT
- Segmento hoteleiro
- Segmento da construção civil
- Segmento do comércio

Localização e infraestrutura física

As ações serão operadas a partir da sede da MATER DEI onde possuímos todas as condições de equipamentos e instalação:

- Salas de atendimento individual (entrevistas)
- Sala de serviços administrativos – estrutura de TI, equipe de marketing, atendimento e apoio
- Sala de aula - 20 cadeiras universitárias - quadro branco, flipchart e retroprojeter
- Veículo utilitário

Poderão ser utilizados em regime de parceria outras instalações como centros comunitários, salas de aula nos centros de formação da prefeitura, ou espaço privados cedidos, conforme facilidades de acesso para população alvo do projeto ou que facilitem uma capilaridade territorial de oferta do programa

10. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

10.a. Previsão de início: 02/01/2019

10.b. Previsão de Término: 30/06/2019

10.c. Quantidade de parcelas: 06

10.d. Valor de cada parcela: Parcela 1 - R\$ 9.385,50
Parcelas 2 a 6 – R\$ 9.200,00

10.e. Valor total: R\$ 55.385,50 (cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos)

10.f. Outras informações sobre as parcelas:



11. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Natureza da Despesa	PEA	Outros	Total
Pessoal e Obrigações			R\$ 34.200,00
Material de Consumo			R\$ 2.965,50
Outros serviços Pessoa Jurídica			R\$ 12.820,00
Outros serviços Pessoa Física			R\$ 5.400,00
TOTAL			R\$ 55.385,50

12. RESUMO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO:

Fontes	Valor
PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA	R\$ 55.385,50
TOTAL DO PROJETO	R\$ 55.385,50

13. VALOR PER CAPITA

13.a Unidade	13.c Valor Per Capita	13.c. Quantidade de atendidos	13.d. Valor total
alunos	R\$ 46,15 usuário/mês	200	R\$ 55.385,50

14. VALOR DEFINIDO NESTE PLANO DE TRABALHO

Solicitamos para execução deste Plano de Trabalho o valor de: R\$ 55.385,50 (cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos)

15. MODO E PERIODICIDADE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS, COMPATÍVEIS COM O PERÍODO DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS VINCULADAS ÀS METAS E COM O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PARCERIA, NÃO SE ADMITINDO PERIODICIDADE SUPERIOR A 1 (UM) ANO OU QUE DIFICULTE A VERIFICAÇÃO FÍSICA DO CUMPRIMENTO DO OBJETO:

A execução dos recursos financeiros deverá ser feita por meio de:

- Comprovante de pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, efetuados obrigatoriamente por meio de: demonstrativo de pagamento (holerite)
- Comprovante de pagamento: Nota Fiscal Eletrônica de Compra, Nota fiscal de MEI como prestador de serviços
- Recibos de Pessoas Físicas com devidas retenções de INSS e IRPF quando cabível
- O pagamento deverá ser efetuado mediante transferência bancária para conta corrente do beneficiário OU pagamento de boleto (com cópia anexa do comprovante de pagamento).
- Qualquer tipo de comprovante deverá conter as informações da entidade, como CNPJ da mesma, bem como o número do ajuste firmado e a fonte de recursos (neste caso a PEA).
- Prestação de contas mensal, quadrimestral (quadrimestre do ano civil) e anual.

16. PRAZOS DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL PELA PARCERIA:

O prazo para análise da prestação de contas mensal e quadrimestral será de até 10 dias úteis e, para final, de até 15 dias úteis.

17. AUTENTICAÇÃO

17 a. Atibaia, 2 de janeiro de 2019

17 b. Representante Legal: Gianmarco Bisaglia - Presidente MATER DEI CAM



17 c. Assinatura:

17 d. Responsável pelo projeto: Gianmarco Bisaglia



17 e. Assinatura: